

# **POLÍTICA FISCAL E REELEIÇÃO NO BRASIL: ESTUDO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008 E 2012.**

Gestão e economia do setor público

## **Resumo:**

De construções de estradas à aumentos dos salários dos funcionários públicos, passado por reduções nos impostos nos períodos que antecedem as eleições, as manipulações orçamentárias em anos eleitorais são um fenômeno que são observados em diversas nações, estados e municípios ao redor do mundo. Muitos políticos acreditam que ao aumentarem as despesas no ano das eleições e durante o mandato, conseguirão aumentar as suas chances de obter um segundo mandato. Mas será que isso realmente ocorre? E será que em todas as regiões do Brasil esse fenômeno é igual? Esse trabalho espera responder essas questões. Nesse artigo, são analisadas as despesas orçamentárias e as suas componentes, despesa de capital, investimentos, gastos correntes e despesas com pessoal, em vários períodos de tempo – ano eleitoral, média dos anos não eleitorais, média do mandato, desvio do gastos em anos eleitorais, face à media do mandato e a variação entre o primeiro e o último ano do mandato. Ao estudar as eleições municipais de 2008 e 2012, constatou-se que os eleitores brasileiros premiam os prefeitos que mais despendem com despesas de capital e a sua principal componente, os investimentos, tanto durante o ano eleitoral, como durante o mandato e os anos não eleitorais, já os prefeitos que mais desviam os gastos com pessoal no ano com votação, face à media do mandato, também veem suas chances de reeleição elevadas. Evidenciou-se, também, que os cidadãos das cinco regiões brasileiras, reagem de maneira diferente face à política fiscal adotada, antes de decidirem se reelegem ou não os incumbentes.

Palavras-Chave: Reelection, Política fiscal, Políticos, Municípios, Brasil.

## **1. INTRODUÇÃO**

No Brasil, até a aprovação da Emenda à Constituição nº16 de 1997, que instituiu a possibilidade de Reelection, os chefes dos poderes executivos eram impedidos de concorrerem a um segundo mandato consecutivo. À partir das eleições gerais de 1998, os prefeitos, governadores e o presidente da República, puderam buscar a reeleição, sendo a eleição local de 2000 a primeira a permitir que os prefeitos se candidatassem a mais quatro anos de governo. Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) argumentam que muitos governantes são oportunistas e manipulam a política fiscal com intuits eleitorais. Libanio e Menezes-Filho (2003), Meneguín *et al.* (2005), Sakurai e Menezes-Filho (2008), Arvate *et al.* (2009), Klein (2010) e Arvate *et al.* (2010) analisaram o caso brasileiro e constaram que os eleitores brasileiros recompensam os políticos/partidos que mais despendem, em outras palavras, eles concluíram que o oportunismo compensa.

O Brasil é conhecido com uma nação de contrastes, há partes mais desenvolvidas e outras menos. Os municípios estão divididos em 26 estados e o Distrito Federal, sendo que estes estão distribuídos por 5 macro regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Essa divisão vai além da posição geográfica e avança sobre o passado colonial e as características culturais, demográficas, sociais e econômicas. Como exemplo, nas regiões sul e centro-oeste o setor agropecuário é muito importante, enquanto na regiões sudeste e sul a indústria ainda representa uma elevada parcela da economia, já na região norte o extrativismo possui um peso significativo.

Essa heterogeneidade existente no Brasil, parece ter extrapolado para a questão das preferências dos eleitores no momento de digitar o número do seu candidato nas urnas electrónicas. Libanio e Menezes-Filho (2003) evidenciaram que a realidade socioeconômica dos estados brasileiros tem impacto na probabilidade do partido manter-se no poder. Já Arvate *et al.* (2009) e Arvate *et al.* (2010) constataram que os eleitores dos estados e municípios brasileiros com menor nível de educação, premiam mais os governadores e prefeitos que despendem mais antes das eleições regionais e locais.

Esse trabalho propõem analisar cada região separadamente, permitindo assim investigar como os seus cidadãos reagem à política fiscal no momento do voto. Posto isso, neste trabalho será investigado como os eleitores das diferentes regiões brasileiras agiram nas eleições locais de 2008 e 2012<sup>1</sup> na hora de escolher se atribuíam, ou não, um segundo mandato ao prefeito municipal que concorreu à reeleição. Para atingir tal objetivo, foram analisados 2.023 municípios espalhados pelos 26 estados brasileiros no período 2005 e 2008 e 1695 autarquias entre 2009 e 2012.

Os resultados indicam que os cidadãos brasileiros premiam os prefeitos que mais despendem com despesas de capital e em investimentos. Quando se analisam as despesas segunda a classificação funcional, percebe-se que os eleitores tem preferências pelos gastos com urbanismo e punem os prefeitos que apresentam os maiores níveis de gastos relacionados à administração pública. Nas regiões sul, sudeste e nordeste, a política fiscal, tem impacto sobre as probabilidade de um prefeito ser reeleito. Já nas regiões norte e centro-oeste, os eleitores não são influenciados pelos níveis de despesas de capital, corrente e suas componentes, investimento e gasto com pessoal.

---

<sup>1</sup> A eleição municipal de 2004 não será investigada, por conta de no decorrer de tal mandato (2000-2004) houve a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, desta forma, poderia haver um enviesamento por conta dessa norma que versa sobre a condução das contas públicas.

Esse trabalho está dividido em 5 seções, sendo que a primeira contextualizou a problemática e na segunda será exposta a literatura sobre a relação entre política fiscal e probabilidade de reeleição do incumbente. Na terceira será explicado o caso brasileiro, assim como serão descritos os dados e a metodologia utilizada. Na quarta serão analisados os resultados e por fim há as conclusões.

## 2. FINANÇAS PÚBLICAS E PROBABILIDADE DE REELEIÇÃO

Na literatura da Economia Política há autores que descrevem os políticos como indivíduos oportunistas, que manipulam a economia (Nordhaus, 1979), ou as componentes fiscais (Rogoff e Sibert, 1988 e Rogoff, 1990), com o objetivo de se manterem à frente do poder. Essa prática tem sido evidenciada nos vários níveis de governo ao redor do mundo, contudo, na literatura há um debate sobre a efetividade de tais medidas. Alguns autores argumentam que, ao invés de serem recompensados com a reeleição, após elevarem os gastos e/ou reduzirem os impostos, os eleitores podem punir os incumbentes oportunistas. Um dos primeiros trabalhos a analisar a relação entre a política fiscal e a probabilidade de reeleição foi Pelzman (1992) que concluiu que os eleitores são conservadores.

Pelzman (1992) constatou que o aumento das despesas públicas não incrementa as chances de reeleição para o cargo de Presidente dos Estados Unidos, nem para Governador de estado, isso indica que caso o incumbente eleve os gastos, não será recompensado nas urnas e sim penalizado. Para o poder local, o trabalho empírico de Brender (2003) para os municípios israelitas, evidenciou que os eleitores penalizam nas urnas os políticos que não apresentem uma boa gestão das finanças públicas. Na mesma direção, Brender e Drazen (2008) investigaram a relação entre os défices e a possibilidade de obter a reeleição, ao nível das nações, e constataram que aumentos no déficit antes das eleições não aumentam as chances do político obter a reeleição, sendo que nas democracias consolidadas os votantes penalizam os incumbentes que despendam mais do que arrecadam. Veiga (2013) analisou 15 nações pertencentes à União Europeia e constatou que após a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, os eleitores europeus tornaram-se mais conservadores no que concerne aos défices orçamentários, nomeadamente nos países sob intervenção de programas de auxílio econômico-financeiro.

O trabalho de Arvate *et al.* (2009) que analisou os estados brasileiros na eleição de 2002 e evidenciaram que os eleitores, em geral, não premiam défices, contudo, quando eles controlam para o nível de estudo da população, constataram que os cidadãos recompensam

com a reeleição os partidos que apresentam *superavit*. Na mesma direção, Arvate *et al.* (2010), concluíram que os eleitores brasileiros, entre 1990 e 2002, punem os prefeitos que gastam mais antes das eleições. Enkelmann e Leibrecht (2013), por sua vez, ao analisarem 32 nações entre 1990 e 2010 e evidenciaram que o oportunismo pelo lado da despesa não aumenta as chances de reeleição.

Entretanto, muitos autores constataram que as táticas oportunistas ainda angariam muitos votos. Akhmedov e Zhuravskaya (2004) ao estudarem os governos regionais russos, evidenciaram que os eleitores premiam os governantes que mais gastam antes das eleições. Isso indica que caso o político haja oportunisticamente, nos moldes descritos por Rogoff e Sibert (1988), ele verá as suas chances de se manter à frente do poder elevadas. Na mesma direção, há os trabalhos de Veiga e Veiga (2007) e Aidt *et al.* (2011) para Portugal e de Sakurai e Menezes-Filho (2008) para o Brasil. Ainda para o poder local brasileiro, Klein (2010) constatou que os eleitores premiaram, no período 2000-2004, os prefeitos brasileiros que gastam mais em anos eleitorais, mas o aumento do déficit não pode ser exagerado e de Jones *et al.* (2012), que ao replicar a análise de Pelzman (1992) para os governos das províncias argentinas, obteve resultados que evidenciam, que, diferentemente dos eleitores norte-americanos, os cidadãos argentinos recompensam os políticos que despendam mais. Por fim, Sjahrir *et al.* (2013) constataram que nos distritos indonésios o candidato que busca a reeleição utiliza as despesas discricionárias sob sua competência para aumentar a probabilidade de reeleição.

Rogoff (1990) argumenta que os governantes oportunistas podem gerar alterações na composição das componentes orçamentárias antes das eleições para sinalizar aos eleitores um maior nível de competência. Ao direcionar os recursos às despesas de maior visibilidade, os incumbentes esperam obter a reeleição. Nesse sentido o trabalho de Meneguín *et al.* (2005) que analisou os municípios brasileiros na eleição local de 2000 e constatou que os eleitores brasileiros premiam os prefeitos que apresentam maiores níveis de dispêndio com investimentos e por outro lado, punem os que aumentam os gastos com o custeio da administração pública. Veiga e Veiga (2007) estudaram o caso do poder local português e constataram que maiores níveis de gastos com investimento nos anos eleitorais, elevam as chances do prefeito ser reeleito.

Drazen e Eslava (2010) analisaram os municípios colombianos e evidenciaram que os eleitores penalizam os políticos que geram grandes défices antes das eleições, mas recompensam os que aumentam os investimentos. Na mesma direção, Cavalcante (2016) analisou o impacto dos gastos sociais e dos investimentos na probabilidade de reeleição nos

municípios brasileiros e constatou que os gastos com investimentos aumentam as chances do incumbente obter mais um mandato governativo. Por outro lado, Sedmihradská *et al.* (2011) evidenciaram que aumentos nas despesas de capital nos governos locais da República Checa, não elevam as probabilidades de reeleição.

Outro ponto importante é o horizonte temporal que o eleitor leva em consideração na hora de fazer a sua escolha de voto. Alguns cidadãos, podem analisar a dinâmica dos níveis de despesa e receita pública somente no ano eleitoral, outro já investigam a trajetória durante o mandato como um todo. Isso é relevante, porque, caso o governante queira manipular a política fiscal, nos moldes de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), ele poderá não obter êxito, uma vez que os eleitores podem analisar os níveis de receitas e despesas públicas durante todo o mandato e não só no ano eleitoral.

Na seara empírica, Sakurai e Menezes-Filho (2008), ao analisarem os municípios brasileiros entre 1988 e 2003, evidenciaram que os prefeitos e/ou o partido no poder que despendem mais durante o mandato, são recompensados com mais quatro anos de governo. Cioffi *et al.* (2012) e Alesina *et al.* (2015) evidenciaram que os políticos locais italianos são recompensados com a reeleição, caso despendam mais durante o mandato governativo. Enquanto, Chortareas *et al.* (2016) constataram que os aumentos nas despesas públicas municipais gregas tanto durante o mandato, como durante o período pré-eleitoral são recompensados pelos eleitores.

### 3. CASO BRASILEIRO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

O Brasil é uma federação constituída por mais de 5600 municípios divididos em 26 estados e o Distrito Federal, cujos atos eleitorais são muito rígidos no que concerne às datas, isso pois todas as votações ocorrem no primeiro domingo do mês de outubro<sup>2</sup>, sendo que as eleições locais e gerais são intercaladas, com um intervalo de dois anos entre elas. Os mandatos governativos, tanto do poder executivo, como do legislativo, são de quatro anos, sendo que os mesmo iniciam ao primeiro dia do mês de janeiro do ano posterior às eleições. Outra característica marcante do sistema político-eleitoral brasileiro é a elevada troca de partidos por parte dos políticos. Segundo Mainwaring (1999) o sistema partidário brasileiro tem como característica a frouxidão no que concerne à fidelidade ao partido. Então não é

---

<sup>2</sup> Nos municípios com número de eleitores superior à 200 mil, caso um dos candidatos não atinja 50% dos votos válidos (exclui-se os votos brancos e nulos) mais 1, é necessária a realização de um segunda volta com os dois candidatos que angariaram mais votos, sendo que a mesma ocorre em outro domingo também do mês de outubro, respeitando o período mínimo legal de 10 dias.

incomum que um prefeito deixe o seu partido durante o mandato e concorra à reeleição em outra agremiação política.<sup>3</sup>

Como esse trabalho tem o objetivo de analisar o impacto das despesas públicas locais sobre as probabilidades do prefeito obter a reeleição, utiliza-se como variável dependente a variável  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. Segundo Davidson e MacKinnon (1999) quando se está diante de uma situação onde a variável dependente ( $y_t$ ) assume ou o valor 0 ou o valor 1, estamos perante um modelo de escolha binária. Considerando  $P_t$  como a probabilidade de haver sucesso na busca por um novo mandato ( $y_t = 1$ ) e que a mesma está condicionada a um vetor de variáveis exógenas e predeterminadas contidas no vetor  $X_t$ <sup>4</sup> temos que a relação entre  $P_t$  e  $X_t$  que pode ser definida como

$$E(y_t|X_t) = P_t = F(X_t\beta) \quad (i)$$

onde  $F(x)$  é a função de distribuição e  $F(-\infty) = 0$ ,  $F(\infty) = 1$  e  $f(x) = \frac{\partial F}{\partial x} > 0$ .

Ainda de acordo com Davidson e MacKinnon (1999) para estimar esse modelo não-linear, pode-se fazer uso do método Probit, que assume que a função distribuição é definida segundo a distribuição normal  $F(X_t\beta) = \Phi(X_t\beta)$ . Diferentemente de um modelo linear, os coeficientes estimados segundo o método Probit não representam, segundo Davidson e MacKinnon (1999), diretamente o impacto de uma variável sobre a probabilidade do evento acontecer, no caso deste trabalho, o prefeito, candidato à reeleição, ser reeleito. Para facilitar a análise, utiliza-se o efeito marginal de cada variável. O efeito marginal do modelo (i) é assim definido:

$$\frac{\partial E(y_t|X_t)}{\partial x_{ti}} = f(X_t\beta)\beta_i$$

o que indica que esse efeito marginal depende do vetor  $X_t$  por via de  $f(X_t\beta)$ , o que indica que não é constante, como ocorre nos modelos lineares. Por se tratar de um modelo não linear, o teste apropriado para a significância global do modelo de escolha binária é o teste do rácio de máxima verossimilhança (LR) que é obtido ao se calcular duas vezes a diferença entre os dois maiores valores máximos obtidos da função de log-verossimilhança<sup>5</sup> entre o modelo

---

<sup>3</sup> Sakurai e Menezes-Filho (2008) e Arvate *et al.* (2010) estudaram a relação das despesas com a manutenção do partido no poder, contudo esse procedimento pode não ser acertado, dada a baixa fidelidade ao partido. Sendo assim, neste trabalho escolheu-se investigar o impacto da política fiscal somente sobre a reeleição do prefeito deixando a questão da permanência do partido à frente da Prefeitura de lado.

<sup>4</sup> O vetor  $X_t$  é composto pelas variáveis explicativas de cunho fiscal e as variáveis de controle.

<sup>5</sup>  $l(y, \beta) = \sum_{t=1}^n (y_t \log(F(X_t\beta)) + (1 - y_t) \log(1 - F(X_t\beta)))$

restrito e o não restrito. A hipótese nula é de que, simultaneamente, todos os coeficientes são nulos e segue a distribuição chi-quadrado (Davidson e MacKinnon, p. 453, 1999).

Dentre as variáveis explicativas contidas no vetor  $X_t$ , há as de cunho fiscal: Despesas orçamentárias ( $Despesa_i$ ); Gastos correntes ( $Dcor_i$ ); Despesas de capital ( $Dcap_i$ ); Gasto com pessoal ( $Pessoal_i$ ); Investimento ( $Investimento_i$ ); e Receita tributária ( $Tributos_i$ ). Todas as variáveis fiscais estão expressas em termos *per capita* a preços constantes de 31 de dezembro de 2012<sup>6</sup>. Para haver um controle da atividade econômica dos diferentes municípios brasileiros sobre a probabilidade de reeleição, faz-se uso da variável  $PIB_i$ , que indica o valor do produto interno bruto *per capita* do município  $i$ . Para controlar para os diferentes níveis de urbanização existente entre os diversos municípios, utilizam-se a variável  $Urbano_i$  que indica a parcela do município  $i$  que reside em zona urbana. Já as variáveis  $PES15_i$  e  $PES65_i$ , representam, respectivamente, a parcela da população do município  $i$ , com menos de 15 e com mais de 65 e desta forma, pode-se controlar para diferenças na estrutura etária da população.

No Brasil as transferências intergovernamentais recebidas do governo central e estadual são a principal fonte de recursos dos municípios, essa realidade torna necessário que se controle para a relação política entre os governantes das diferentes esferas de governo. O alinhamento entre o governo local e o estadual será representado pela variável binária  $Gov1_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito do município  $i$  seja do mesmo partido que o Governador de Estado, durante a primeira metade do mandato e zero caso contrário, enquanto a variável  $Gov2_i$  representa o alinhamento na segunda parte do governo. Essa distinção é necessário, uma vez que as eleições locais e gerais no Brasil são intercaladas e com diferença de 2 anos entre si.

No que concerne ao alinhamento entre o poder local e o federal, será utilizada, a variável muda  $Pres_i$ , que assume 1 caso o prefeito seja do mesmo partido do Presidente da República e zero caso seja de outra agremiação política. Não há a necessidade da utilização de duas variáveis, dado o fato de entre 2002 e 2012, o Partido dos Trabalhadores estar sempre à frente do poder central, o que não exige que haja uma distribuição entre a primeira e segunda metades do mandato. Já para controlar para a ideologia do político, faz-se uso da variável  $Esquerda_i$  que representa os prefeitos de partidos de esquerda<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> IGP-DI/FGV

<sup>7</sup> Partido Comunista do Brasil, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista, Partido Socialista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores e Partido da Mobilização Nacional para os mandatos 2005-2008 e Partido Comunista do Brasil, Partido Democrático Trabalhista, Partido Popular Socialista, Partido Socialista Brasileiro,

Tabela 1: Estatística descritiva das variáveis.

VARIABLES	2008					2012				
	(1) N	(2) Média	(3) Desvio Padrão	(4) Mínimo	(5) Máximo	(1) N	(2) Média	(3) Desvio Padrão	(4) Mínimo	(5) Máximo
Reeleito	2,239	0.676	0.468	0	1	1,696	0.587	0.492	0	1
Escolaridade	2,239	0.240	0.101	0.00800	0.646	1,696	0.243	0.105	0.0240	0.634
Esquerda	2,239	0.228	0.420	0	1	1,696	0.274	0.446	0	1
Pres	2,239	0.0911	0.288	0	1	1,696	0.117	0.321	0	1
Gov1	2,239	0.228	0.420	0	1	1,696	0.200	0.400	0	1
Gov2	2,239	0.170	0.375	0	1	1,696	0.180	0.385	0	1
Margem	2,239	0.533	0.112	0.239	1	1,696	0.542	0.117	0.241	1.234
SU	2,239	0.229	0.420	0	1	1,695	0.241	0.428	0	1
SE	2,239	0.321	0.467	0	1	1,695	0.291	0.455	0	1
NE	2,239	0.297	0.457	0	1	1,695	0.297	0.457	0	1
NO	2,239	0.0719	0.258	0	1	1,695	0.0791	0.270	0	1
CO	2,239	0.0808	0.273	0	1	1,695	0.0914	0.288	0	1
TributosNEleitoral	2,239	119.0	187.3	3.903	3,932	1,696	149.0	188.5	8.533	2,653
PIBNEleitoral	2,239	13,248	16,172	2,432	351,362	1,696	14,903	13,574	2,956	180,551
DespesaNEleitoral	2,239	1,807	1,012	472.2	16,301	1,696	2,107	974.3	785.9	11,520
DcorNEleitoral	2,239	1,585	862.8	438.6	14,959	1,696	1,817	808.4	551.1	9,765
DcapNEleitoral	2,239	222.3	206.7	8.888	5,120	1,696	288.8	237.8	31.29	2,877
InvestimentoNEleitoral	2,239	192.6	198.0	8.888	5,120	1,696	254.8	228.0	19.36	2,851
PessoalNEleitoral	2,239	790.7	408.2	229.0	7,552	1,696	967.3	424.4	203.6	5,841
TributosE	2,239	133.0	178.3	1.668	2,270	1,696	170.0	205.2	2.900	2,378
PIBE	2,239	14,513	18,582	2,639	402,547	1,696	16,356	15,004	3,222	173,632
DespesaE	2,239	2,089	1,042	65.73	16,980	1,696	2,410	1,110	295.7	12,301
DcorE	2,239	1,769	849.2	65.68	14,034	1,696	2,039	909.4	217.1	10,711
DcapE	2,239	319.9	284.4	0.0459	4,209	1,696	370.0	306.3	0	3,318
InvestimentoE	2,239	284.8	276.4	0	4,116	1,696	334.8	298.0	0	3,210
PessoalE	2,239	886.8	405.8	28.55	5,521	1,696	1,109	484.8	0	7,031
TributosMandato	2,239	122.5	175.4	6.483	2,995	1,696	154.3	190.1	7.256	2,584
PIBMandato	2,239	13,564	16,612	2,497	364,158	1,696	15,267	13,648	3,076	178,821
DespesaMandato	2,239	1,878	991.2	521.6	14,772	1,696	2,182	1,001	838.7	11,716
DcorMandato	2,239	1,631	837.7	468.8	12,929	1,696	1,873	830.4	646.9	10,001
DcapMandato	2,239	246.7	207.9	10.49	4,275	1,696	309.1	237.6	37.52	2,420
InvestimentoMandato	2,239	215.7	198.3	10.49	4,165	1,696	274.8	228.1	16.80	2,323
PessoalMandato	2,239	814.7	394.4	238.5	5,796	1,696	1,003	435.6	152.7	6,139
DesvioDespesa	2,239	0.124	0.114	-0.951	1.093	1,696	0.107	0.0902	-0.680	0.687
DesvioDcor	2,239	0.0970	0.0996	-0.946	0.678	1,696	0.0892	0.0741	-0.742	0.464
DesvioDcap	2,239	0.300	0.425	-1.000	2.196	1,696	0.228	0.441	-1	2.359
DesvioInvestimento	2,239	0.327	0.486	-1	2.458	1,696	0.254	0.487	-1	2.441
DesvioPessoal	2,239	0.100	0.117	-0.956	0.765	1,696	0.107	0.105	-1	1.001
DesvioPIB	2,239	0.0642	0.114	-0.440	1.162	1,696	0.0694	0.146	-0.748	2.296
DesvioTributos	2,239	0.103	0.271	-0.972	2.228	1,696	0.108	0.269	-0.928	2.539
TX_Despesa	2,239	0.367	0.265	-0.966	3.750	1,696	0.291	0.201	-0.810	1.707
TX_Dcor	2,239	0.291	0.220	-0.964	2.243	1,695	0.224	0.177	-0.852	2.375
TX_Dcap	2,238	1.521	2.447	-1.000	66.40	1,687	1.624	3.046	-1	53.37
TX_Inv	2,238	1.983	3.308	-1	65.62	1,685	2.137	3.741	-1	51.16
TX_Pes	2,239	0.312	0.277	-0.969	3.798	1,693	0.239	0.222	-1	2.265
TX_PIB	2,239	0.213	0.393	-0.556	14.08	1,696	0.215	0.538	-0.845	13.85
TX_Tributos	2,239	0.511	1.876	-0.955	64.65	1,696	0.451	1.262	-0.956	35.95

Notas: elaborado pelo autor.

De acordo com as conclusões Veiga e Veiga (2007), Aidt *et al.* (2011), Arvate *et al.* (2010) e Drazen e Eslava (2010) para os poderes locais portugueses, brasileiros e colombianos, respectivamente, a margem de vitória do político, tem impacto na probabilidade do mesmo conseguir um segundo mandato consecutivo, ou seja, para eles, quanto maior for a quantidade de votos recebidos, mais elevada é a possibilidade do mesmo ser reeleito. No sentido oposto, Brender e Drazen (2008) não evidenciaram uma relação entre os votos recebidos e as chances de reeleição, quando analisaram 74 democracias. Desta forma, utiliza-se a variável  $Margem_i$ , que representa o percentual de votos obtidos na eleição anterior pelo



prefeito que busca a reeleição, para controlar para essa influência. A base de dados utilizada para atingir os objetivos deste trabalho é constituída por 2.239 municípios que tiveram candidatos à reeleição no pleito de 2008 e 1.696 no de 2012.

## 4. RESULTADOS

Nas tabelas 2 e 3, estão expostos os resultados obtidos utilizando o método Probit e os efeitos marginais para o impacto das despesas públicas dos governos locais brasileiros, na probabilidade do prefeito obter a reeleição, tanto nas eleições municipais de 2008, como nas de 2012. Já nas tabelas 4 até 9, estão expostos somente os efeitos marginais.

### 4.1. Despesa orçamentária e reeleição

Quando se analisa a relação causal entre as despesas orçamentárias e as probabilidades de reeleição dos prefeitos brasileiros nas eleições de 2008 e 2012, percebe-se, conforme demonstram os resultados expostos nas tabelas 2 e 3, que os níveis de despesa orçamentárias despendidas no ano eleitoral não aumentam as chances reeleição. Isso significa, que os eleitores não recompensam os prefeitos que gastam mais nos anos com votações locais. Esse resultado é diferente das conclusões de Sakurai e Menezes Filho (2008), que evidenciaram, entre 1988 e 2000, uma relação entre o nível de despesa despendido nos anos eleitorais e as chances do partido se manter no poder.

Um ponto importante é que os eleitores podem levar em consideração os níveis de despesas durante em todo o mandato e não somente no ano eleitoral. Desta forma, foi estimado o modelo com os gastos despendidos durante todo o mandato. Os resultados expostos na Tabela 2 levam em consideração a média de despesas orçamentárias durante o mandato governativo e as chances do prefeito brasileiro candidato à reeleição, obter um segundo mandato consecutivo. Nas eleições de 2008 e 2012, essa média não teve influência nos resultados eleitorais. Esse resultado, novamente não está em linha com as conclusões de Sakurai e Menezes-Filho (2008) que ao estudarem os municípios brasileiros entre 1988 e 2000, evidenciaram que os prefeitos brasileiros com maiores níveis médios de despesas orçamentárias aumentam as suas chances de obter um segundo mandato consecutivo.

Tabela 2: Despesas durante o ano eleitoral e a probabilidade de reeleição (Eleição Municipal de 2008)

VARIABLES	(1) probit	(2) margins	(3) probit	(4) margins	(5) probit	(6) margins	(7) probit	(8) margins	(9) probit	(10) margins	(11) probit	(12) margins	(13) probit	(14) margins
DespesaMandato	3.83e-05 (1.037)	1.35e-05 (1.30e-05)									4.34e-05 (1.165)	1.53e-05 (1.31e-05)	5.03e-05 (1.353)	1.77e-05 (1.31e-05)
TributosMandato	-0.000201 (-1.027)	-7.10e-05 (6.91e-05)									-0.000226 (-1.145)	-7.97e-05 (6.95e-05)	-0.000216 (-1.116)	-7.63e-05 (6.83e-05)
PIBMandato	3.44e-06 (1.471)	1.21e-06 (8.24e-07)									3.67e-06 (1.550)	1.29e-06 (8.34e-07)	3.35e-06 (1.445)	1.18e-06 (8.17e-07)
DespesaE			5.22e-05 (1.469)	1.84e-05 (1.25e-05)										
TributosE			-9.55e-06 (-0.0490)	-3.37e-06 (6.88e-05)										
PIBE			1.89e-06 (0.990)	6.65e-07 (6.72e-07)										
DespesaNEleitoral					2.92e-05 (0.820)	1.03e-05 (1.25e-05)								
TributosNEleitoral					-0.000205 (-1.125)	-7.23e-05 (6.42e-05)								
PIBNEleitoral					3.66e-06 (1.553)	1.29e-06 (8.31e-07)								
DesvioDespesa							0.173 (0.643)	0.0611 (0.0950)					0.353 (1.367)	0.124 (0.0909)
DesvioTributos							0.175 (1.575)	0.0618 (0.0392)						
DesvioPIB							-0.212 (-0.836)	-0.0750 (0.0897)						
ΔDespesa									0.143 (1.151)	0.0505 (0.0439)	0.216* (1.856)	0.0762* (0.0410)		
ΔTributos									0.0465** (1.980)	0.0164** (0.00828)				
ΔPIB									0.00584 (0.0872)	0.00206 (0.0236)				
Esquerda	0.0147 (0.180)	0.00519 (0.0289)	0.0115 (0.140)	0.00405 (0.0289)	0.0152 (0.185)	0.00536 (0.0289)	0.00861 (0.105)	0.00304 (0.0290)	0.00179 (0.0218)	0.000632 (0.0290)	-0.000807 (-0.00983)	-0.000284 (0.0289)	0.00554 (0.0676)	0.00196 (0.0289)
PES15E	1.205 (1.557)	0.425 (0.273)	1.334* (1.730)	0.471* (0.272)	1.152 (1.490)	0.407 (0.273)	0.798 (1.088)	0.282 (0.259)	0.746 (1.012)	0.263 (0.260)	1.283* (1.655)	0.452* (0.273)	1.294* (1.668)	0.456* (0.273)
PES65E	6.671*** (3.227)	2.354*** (0.725)	6.862*** (3.322)	2.420*** (0.724)	6.640*** (3.216)	2.344*** (0.724)	6.062*** (3.040)	2.140*** (0.700)	6.226*** (3.120)	2.196*** (0.700)	7.072*** (3.416)	2.491*** (0.725)	6.869*** (3.320)	2.422*** (0.725)
UrbanoE	0.236* (1.655)	0.0832* (0.0502)	0.222 (1.555)	0.0783 (0.0503)	0.229 (1.616)	0.0810 (0.0500)	0.205 (1.501)	0.0723 (0.0481)	0.224* (1.647)	0.0790* (0.0479)	0.243* (1.705)	0.0858* (0.0502)	0.243* (1.703)	0.0856* (0.0502)
Margem	1.170*** (4.239)	0.413*** (0.0961)	1.160*** (4.205)	0.409*** (0.0961)	1.179*** (4.276)	0.416*** (0.0961)	1.245*** (4.554)	0.439*** (0.0951)	1.245*** (4.564)	0.439*** (0.0949)	1.170*** (4.251)	0.412*** (0.0957)	1.162*** (4.218)	0.410*** (0.0960)
Gov1	-0.0936 (-1.153)	-0.0330 (0.0286)	-0.0992 (-1.222)	-0.0350 (0.0286)	-0.0928 (-1.143)	-0.0328 (0.0286)	-0.101 (-1.248)	-0.0358 (0.0286)	-0.104 (-1.274)	-0.0366 (0.0287)	-0.0936 (-1.154)	-0.0330 (0.0286)	-0.0939 (-1.157)	-0.0331 (0.0286)
Gov2	0.182** (1.980)	0.0643** (0.0324)	0.184** (1.997)	0.0648** (0.0324)	0.182** (1.983)	0.0644** (0.0324)	0.192** (2.085)	0.0677** (0.0324)	0.194** (2.108)	0.0686** (0.0324)	0.178* (1.929)	0.0626* (0.0324)	0.177* (1.923)	0.0625* (0.0324)

Pres	0.203*	0.0715*	0.200	0.0705*	0.203*	0.0716*	0.198	0.0700	0.188	0.0665	0.202*	0.0712*	0.203*	0.0714*
	(1.666)	(0.0428)	(1.642)	(0.0429)	(1.669)	(0.0428)	(1.629)	(0.0429)	(1.547)	(0.0429)	(1.663)	(0.0428)	(1.667)	(0.0428)
Constant	-1.241***		-1.320***		-1.206***		-1.023**		-1.076***		-1.380***		-1.342***	
	(-2.919)		(-3.115)		(-2.844)		(-2.535)		(-2.654)		(-3.216)		(-3.132)	
Observations	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239	2,239
Pseudo R-squared	0.0175		0.0179		0.0175		0.0173		0.0182		0.0190		0.0183	
ll	-1386		-1385		-1386		-1386		-1385		-1384		-1385	
chi2	47.48		49.26		46.88		46.15		48.75		52.19		50.08	
p	1.77e-06		8.49e-07		2.26e-06		3.04e-06		1.05e-06		5.75e-07		1.35e-06	

Notas– Variável Dependente  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. Efeito Marginal denotam os efeitos marginais das variáveis estimadas. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verossimilhança. - chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Tabela 3: Despesas durante o ano eleitoral e a probabilidade de reeleição (Eleição Municipal de 2012)

VARIABLES	(1) probit	(2) margins	(3) probit	(4) margins	(5) probit	(6) margins	(7) probit	(8) margins	(9) probit	(10) margins	(11) probit	(12) margins	(13) probit	(14) margins
DespesaMandato	4.42e-05 (1.041)	1.67e-05 (1.60e-05)									5.06e-05 (1.190)	1.90e-05 (1.59e-05)	5.16e-05 (1.214)	1.95e-05 (1.60e-05)
TributosMandato	-2.91e-05 (-0.135)	-1.10e-05 (8.17e-05)									-8.90e-05 (-0.413)	-3.34e-05 (8.08e-05)	-6.47e-05 (-0.298)	-2.44e-05 (8.17e-05)
PIBMandato	7.00e-06** (1.969)	2.65e-06** (1.34e-06)									6.70e-06* (1.923)	2.51e-06* (1.30e-06)	6.81e-06* (1.948)	2.57e-06* (1.31e-06)
DespesaE			6.16e-05* (1.663)	2.33e-05* (1.40e-05)										
TributosE			7.02e-05 (0.352)	2.66e-05 (7.55e-05)										
PIBE			3.83e-06 (1.326)	1.45e-06 (1.09e-06)										
DespesaNEleitoral					3.53e-05 (0.808)	1.33e-05 (1.65e-05)								
TributosNEleitoral					-5.74e-05 (-0.266)	-2.17e-05 (8.18e-05)								
PIBNEleitoral					7.95e-06** (2.175)	3.01e-06** (1.38e-06)								
DesvioDespesa							0.696* (1.895)	0.263* (0.138)					0.916*** (2.595)	0.346*** (0.132)
DesvioTributos							0.356*** (2.865)	0.134*** (0.0465)						
DesvioPIB							-0.380* (-1.756)	-0.143* (0.0813)						
ΔDespesa									0.648*** (3.871)	0.244*** (0.0621)	0.688*** (4.263)	0.258*** (0.0596)		
ΔTributos									0.0792* (1.890)	0.0298* (0.0157)				
ΔPIB									-0.0750 (-1.268)	-0.0282 (0.0222)				
Esquerda	0.144 (1.633)	0.0543 (0.0332)	0.143 (1.626)	0.0539 (0.0331)	0.144 (1.639)	0.0545 (0.0332)	0.148* (1.692)	0.0558* (0.0329)	0.160* (1.831)	0.0601* (0.0328)	0.166* (1.885)	0.0622* (0.0329)	0.156* (1.777)	0.0589* (0.0331)
PES15E	2.549** (2.400)	0.964** (0.400)	2.393** (2.280)	0.905** (0.395)	2.561** (2.407)	0.969** (0.401)	1.081 (1.130)	0.408 (0.360)	0.760 (0.791)	0.286 (0.361)	2.228** (2.095)	0.836** (0.398)	2.371** (2.239)	0.894** (0.398)
PES65E	7.634*** (3.656)	2.889*** (0.781)	7.217*** (3.478)	2.731*** (0.777)	7.723*** (3.700)	2.922*** (0.780)	5.756*** (2.999)	2.171*** (0.718)	5.352*** (2.776)	2.012*** (0.720)	7.012*** (3.347)	2.630*** (0.778)	7.366*** (3.533)	2.778*** (0.778)
UrbanoE	0.302* (1.720)	0.114* (0.0663)	0.311* (1.768)	0.118* (0.0663)	0.298* (1.706)	0.113* (0.0660)	0.337** (2.048)	0.127** (0.0618)	0.350** (2.131)	0.132** (0.0616)	0.334* (1.903)	0.125* (0.0656)	0.309* (1.761)	0.117* (0.0660)
Margem	1.498*** (5.077)	0.567*** (0.109)	1.487*** (5.044)	0.563*** (0.109)	1.504*** (5.095)	0.569*** (0.109)	1.572*** (5.323)	0.593*** (0.109)	1.597*** (5.361)	0.600*** (0.109)	1.522*** (5.060)	0.571*** (0.110)	1.494*** (5.001)	0.563*** (0.110)
Gov1	0.0145 (0.165)	0.00548 (0.0332)	0.0135 (0.154)	0.00511 (0.0333)	0.0157 (0.178)	0.00592 (0.0332)	0.0330 (0.374)	0.0124 (0.0332)	0.0347 (0.394)	0.0131 (0.0331)	0.0135 (0.153)	0.00507 (0.0331)	0.0138 (0.156)	0.00519 (0.0332)
Gov2	-0.00781 (-0.0846)	-0.00296 (0.0349)	-0.00866 (-0.0936)	-0.00328 (0.0350)	-0.00770 (-0.0834)	-0.00291 (0.0349)	-0.0152 (-0.164)	-0.00573 (0.0351)	-0.0199 (-0.213)	-0.00747 (0.0350)	-0.0167 (-0.179)	-0.00624 (0.0349)	-0.00812 (-0.0875)	-0.00306 (0.0350)

Pres	-0.170 (-1.398)	-0.0642 (0.0459)	-0.163 (-1.347)	-0.0617 (0.0458)	-0.173 (-1.426)	-0.0656 (0.0459)	-0.180 (-1.487)	-0.0678 (0.0455)	-0.184 (-1.520)	-0.0693 (0.0455)	-0.186 (-1.526)	-0.0697 (0.0456)	-0.175 (-1.443)	-0.0661 (0.0457)
Constant	-2.283*** (-4.476)		-2.232*** (-4.413)		-2.279*** (-4.463)		-1.705*** (-3.659)		-1.734*** (-3.712)		-2.384*** (-4.683)		-2.325*** (-4.575)	
Observations	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696	1,696
Pseudo R-squared	0.0264		0.0264		0.0264		0.0294		0.0323		0.0343		0.0293	
ll	-1119		-1119		-1119		-1116		-1112		-1110		-1116	
chi2	56.72		57.41		56.32		63.63		69.59		74.22		62.58	
p	3.75e-08		2.79e-08		4.44e-08		1.95e-09		1.46e-10		5.15e-11		7.61e-09	

Notas– Variável Dependente  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. Efeito Marginal denotam os efeitos marginais das variáveis estimadas. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verosimilhança.- chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Já quando se passa a investigar a influência da média de despesa durante os três primeiros anos do mandato, percebe-se que esses gastos não tiveram impacto na probabilidade de obter a reeleição e o mesmo ocorre com os desvios<sup>8</sup> entre as despesas realizadas nos anos eleitorais e a média do mandato. Contudo, a variação entre os gastos do primeiro e último ano de mandato<sup>9</sup> parece ter influência na probabilidade de reeleição no pleito de 2012. Quando se utiliza desvio das despesas em anos com eleições face à média do mandato (colunas 9 e 10) e a taxa de variação entre o primeiro e último ano (colunas 11 e 12) conjuntamente com a média dos gastos durante o mandato, percebe-se que também, somente em 2012, houve impacto. Sakurai e Menezes-Filho (2008) e Chortareas *et al.* (2016) também evidenciaram influências do desvio das despesas orçamentárias nas chances do político local brasileiro e grego ser reeleito, respectivamente.

Ao analisar a ideologia, há indícios (10% de significância) de que o fato do prefeito ser de um partido de esquerda teve influência sobre a possibilidade do governante ser reeleito em 2012. Os municípios com mais maior percentual de população com mais de 65 anos, tendem a reeleger mais os seus prefeitos, isso ocorreu tanto nas eleições de 2008 como nas de 2012. Já a parcela da população com menos de 15 anos, também teve impacto nas eleições de 2012, onde os prefeitos dos municípios com mais jovens, viram as suas chances de reeleição elevadas. O mesmo fenómeno ocorre com o grau de urbanização, também nas votações de 2012.

Em 2008 o alinhamento ao governador de estado, na segunda metade do governo, também elevou as chances de reeleição, além de haver indícios de que o alinhamento ao Presidente da República, aumentou as chances de reeleição em 2008. Meneguín *et al.* (2005) evidenciaram, nas eleições locais de 2000, um impacto do alinhamento ao Presidente da República, mas não ao governador de estado, sendo que os prefeitos do mesmo partido do chefe da nação, apresentaram maiores chances de obter a reeleição. Já Sakurai e Menezes-Filho (2008) ao analisarem a mesma eleição de 2000, encontraram evidências de que ambos os alinhamentos tiveram impacto, já quando analisaram o período de 1988 até 2000, concluíram que somente de que o fato do prefeito ser do mesmo partido do Presidente, diminuiu as chances de do partido se manter à frente do poder. Aidt *et al.* (2011) constataram que os prefeitos portugueses do mesmo partido do governo central, são penalizados nas eleições.

---

<sup>8</sup>  $DesvioW = [(W_{i,2012} - MédiaW_i)/MédiaW_i]$  , onde  $MédiaW_i = [(W_{i,2009} + W_{i,2010} + W_{i,2011} + W_{i,2012})/4]$

<sup>9</sup>  $\Delta W_i = [(W_{i,2012} - W_{i,2009})/W_{i,2009}]$

Ao se analisarem as demais variáveis explicativas, percebe-se, da mesma maneira que Veiga e Veiga (2007), Arvate *et al.* (2010), Drazen e Eslava (2010) e Aidt *et al.* (2011), que a margem de vitória tem um impacto significativo, nas duas eleições, sobre a probabilidade do político local ser reeleito. As receitas tributárias, por sua vez, não parecem ser levadas em consideração pelos eleitores na hora de decidir se reelegem ou não o seu governante local, esse resultado pode ser explicado pelo fato de as receitas advindas de transferências serem a principal fonte de financiamento dos municípios. A média do produto interno bruto durante o mandato e nos anos não eleitorais, elevaram as chances do prefeito ser reeleito. O mesmo fenômeno foi constatado por Alesina e Rosenthal (1995) para as eleições presidenciais norte-americanas.

## 4.2. Composição da despesa e reeleição

Rogoff (1990) argumenta que os incumbentes, buscando a manutenção do poder, podem alterar a composição da despesa, destinando mais recursos aos gastos de maior visibilidade, com a finalidade de sinalizarem aos eleitores a sua competência à frente do governo. Por se tratar uma federação, cada uma das três esferas de governo possui competências sobre determinadas despesas e receitas, que estão expostas nos seus orçamentos. No Brasil há uma primazia dos gastos correntes, que correspondem à 90% do total dos dispêndios. Sendo que desta parcela, 55% correspondem à despesas com funcionários públicos e os investimento públicos, representam 82% das despesas de capital. Para analisar se os eleitores agem perante os diferentes dispêndios públicos, serão analisadas as despesas correntes, as de capital, os gastos com pessoal e com investimentos, tanto nas eleições municipais de 2008, como nas de 2012.

Tabela 4: Efeitos marginais das componentes da despesa sobre a possibilidade de reeleição (2008)

VARIABLES	(1) E	(2) Mandato	(3) NEleitoral	(4) Desvio
Dcor	1.22e-05 (1.49e-05)	4.64e-06 (1.48e-05)	1.92e-06 (1.40e-05)	0.122 (0.108)
Dcap	0.000104** (4.70e-05)	0.000243*** (6.97e-05)	0.000258*** (7.27e-05)	-0.00337 (0.0242)
Pessoal	1.72e-05 (2.92e-05)	-2.42e-06 (2.99e-05)	-8.28e-06 (2.81e-05)	0.142 (0.0916)
Investimento	0.000112** (4.88e-05)	0.000256*** (7.35e-05)	0.000268*** (7.63e-05)	-0.00447 (0.0212)
Observations	2,239	2,239	2,239	2,239

Notas– Variável Dependente  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%.

Conforme indicam os resultados expostos na tabela 4 e 5, os prefeitos que gastaram mais com despesas de capital e com investimento, viram suas chances de obter um segundo mandato à frente do poder local, elevada, tanto nas eleições municipais de 2008, como nas de 2012. Já os gastos correntes e com pessoal, não parecem ter impacto sobre as probabilidades de reeleição. Quando se analisa a media dos gastos durante o mandato, percebe-se que, da mesma forma que os montantes despendidos durante o ano eleitoral, as despesas de capital e com investimento é que têm impacto sobre a probabilidade de reeleição.

Tabela 5: Efeitos marginais das componentes da despesa sobre a possibilidade de reeleição (2012)

VARIABLES	(1) E	(2) Mandato	(3) NEleitoral	(4) Desvio
Dcor	9.23e-06 (1.66e-05)	2.80e-06 (1.86e-05)	6.36e-07 (1.91e-05)	0.268 (0.163)
Dcap	0.000174*** (5.02e-05)	0.000213*** (7.26e-05)	0.000172** (7.44e-05)	0.0346 (0.0279)
Pessoal	4.89e-05 (3.04e-05)	2.63e-05 (3.46e-05)	1.63e-05 (3.52e-05)	0.325*** (0.116)
Investimento	0.000167*** (5.04e-05)	0.000197*** (7.33e-05)	0.000155** (7.48e-05)	0.0335 (0.0250)
Observations	1,696	1,696	1,696	1,696

Notas– Variável Dependente  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. – Estatística t entre parênteses. – Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%.

Esses resultados estão em linha com as conclusões de Balaguer-Coll *et al.* (2015) que também dividiram as despesas entre diferentes períodos durante o mandato e constataram que os eleitores espanhóis recompensam os prefeitos que gastam mais, especialmente os que apresentam maiores níveis de despesas de capital ao longo do mandato. Por outro lado, os resultados de Balaguer-Coll *et al.* (2015) indicam que os gastos correntes só aumentam a probabilidade de reeleição se forem elevados nos anos eleitorais, o que não ocorre nos municípios brasileiros, conforme os resultados expostos nas tabelas 4 e 5. O comportamento do eleitor brasileiro face ao desvio das despesas correntes no ano eleitoral em relação à media do mandato, é similar ao constatado por Sakurai e Menezes-Filho (2008), pois em ambos os trabalhos, esse desvio não tem impacto sobre as possibilidades de reeleição.



Quando são analisadas as despesas com pessoal e investimento percebe-se, que os investimentos, tanto no ano eleitoral, como a média do mandato e dos anos não eleitorais, apresentam um impacto sobre as chances do prefeito obter mais um mandato à frente da prefeitura. Os resultados para os gastos com investimento em anos eleitorais, nos mandatos 2005-2008 e 2009-2012, corroboram com as conclusões de Meneguín *et al* (2005) para os governos locais brasileiros e de Veiga e Veiga (2007) para as autarquias locais portuguesas, uma vez que, maiores níveis de dispêndios com investimentos nos anos com eleições, elevam as chances do governante obter mais um mandato à frente do poder local. Da mesma forma que os resultados de Chortareas *et al.* (2016) para os municípios gregos, o desvio nos investimentos não aumenta nem diminui a probabilidade do político manter-se no poder. Por outro lado, no que concerne às despesas com pessoal, os prefeitos que mais desviassem os gastos com pessoal em anos eleitorais, face à média do mandato, foram recompensados, pelo eleitorado, com a reeleição.

#### 4.3. Regiões e reeleição

Ao fracionar a base de dados entre as 5 diferentes regiões brasileiras, consegue-se visualizar como os eleitores das diferentes partes do Brasil, reagem aos pesos das componentes despesas públicas na hora de decidirem se reelegem ou não o seu prefeito.

Tabela 6: Efeitos marginais dos gastos com pessoal sobre a possibilidade de reeleição – por região – eleição 2008

VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
DesvioPessoal	0.380 (0.234)	0.189 (0.148)	-0.446* (0.262)	0.0985 (0.188)	0.00526 (0.243)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0590	0.0323	0.0987	0.0299	0.0188
ll	-102.2	-398.7	-111.8	-421.8	-316.2
chi2	10.52	20.73	21.54	23.71	12.93
p	0.485	0.0363	0.0282	0.0140	0.298
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
PessoalE	0.000161 (0.000130)	4.75e-05 (7.45e-05)	-6.83e-05 (0.000108)	2.60e-05 (4.38e-05)	5.30e-05 (7.06e-05)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0670	0.0322	0.0825	0.0311	0.0195
ll	-101.3	-398.7	-113.8	-421.3	-315.9
chi2	9.156	18.57	20.15	23.26	13.19
p	0.607	0.0693	0.0434	0.0163	0.281
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
PessoalMandato	3.98e-05 (0.000156)	1.95e-05 (6.18e-05)	-9.73e-06 (7.96e-05)	8.83e-06 (4.74e-05)	4.17e-05 (8.21e-05)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0428	0.0322	0.0924	0.0295	0.0193
ll	-103.9	-398.7	-112.5	-422.0	-316.0
chi2	7.996	18.41	20.34	22.76	12.82
p	0.714	0.0725	0.0409	0.0191	0.306
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
PessoalNEleitoral	-1.16e-05 (0.000154)	1.07e-05 (5.23e-05)	1.36e-05 (7.41e-05)	4.07e-06 (4.81e-05)	3.34e-05 (8.44e-05)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0359	0.0319	0.0959	0.0289	0.0193
ll	-104.7	-398.8	-112.1	-422.2	-316.0
chi2	7.293	18.44	21.88	22.72	12.71
p	0.775	0.0720	0.0253	0.0194	0.312

Notas– Variável Dependente  $Reeleito_i$  que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verossimilhança.- chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Quando os municípios são divididos consoante a sua região, percebe-se os gastos com pessoal somente o seu desvio do ano eleitoral face à média do mandato, tem impacto na possibilidade de reeleição, da mesma forma que o ocorre com o Brasil, contudo, tal só ocorre na região nordeste, onde, os prefeitos que mais desviam as despesas com pessoal, veem suas chances de permanecer no poder elevada.

Tabela: 7 Efeitos marginais dos gastos com pessoal sobre a possibilidade de reeleição – por região – eleição 2012

VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
DesvioPessoal	0.639* (0.372)	0.498*** (0.188)	-0.202 (0.247)	0.314 (0.240)	-0.0321 (0.311)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0892	0.0477	0.115	0.0371	0.0343
ll	-85.22	-323.9	-95.32	-327.4	-246.6
chi2	18.68	29.84	23.64	21.76	16.61
p	0.0671	0.00168	0.0143	0.0263	0.120
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
PessoalE	9.15e-05 (0.000175)	0.000172** (8.25e-05)	3.26e-05 (8.51e-05)	8.27e-05* (4.74e-05)	-3.66e-05 (6.76e-05)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0720	0.0295	0.114	0.0430	0.0334
ll	-86.84	-330.1	-95.42	-325.4	-246.8
chi2	15.09	19.18	23.91	25.82	15.71
p	0.178	0.0580	0.0131	0.00690	0.152
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
PessoalMandato	-2.55e-05 (0.000187)	0.000180* (9.70e-05)	5.85e-06 (8.72e-05)	7.36e-05 (5.37e-05)	-4.43e-05 (7.81e-05)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0718	0.0265	0.114	0.0429	0.0336
ll	-86.85	-331.1	-95.42	-325.5	-246.8
chi2	16.08	18.37	23.33	26.39	15.83
p	0.138	0.0733	0.0159	0.00567	0.148
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
PessoalNEleitoral	-7.51e-05 (0.000184)	0.000158 (0.000100)	-5.74e-07 (8.30e-05)	6.68e-05 (5.51e-05)	-4.56e-05 (8.09e-05)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0763	0.0252	0.115	0.0426	0.0335
ll	-86.43	-331.6	-95.25	-325.6	-246.8
chi2	16.28	17.32	23.49	26.44	15.85
p	0.131	0.0988	0.0151	0.00559	0.147

Notas– Variável Dependente Reeleito<sub>i</sub> que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verosimilhança.- chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Já o investimento, apresenta comportamentos diferentes consoante à região analisada. Na região sul, o desvio desses gastos em anos eleitorais face à media do mandato, foi mal recebida pelos eleitores em 2008, contudo no mesmo pleito, os mesmos cidadãos premiaram com a reeleição, os prefeitos que mais despenderam com investimentos durante os anos não eleitorais, o que também ocorreu com os cidadãos residentes na região sudeste

Tabela 8: Efeitos marginais dos investimentos sobre a possibilidade de reeleição – por região – eleição 2008

VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
DesvioInvestimento	0.0737 (0.0702)	0.00424 (0.0359)	0.0393 (0.0642)	-0.00662 (0.0419)	-0.0947** (0.0473)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0530	0.0300	0.0880	0.0297	0.0249
ll	-102.8	-399.6	-113.1	-421.9	-314.2
chi2	11.53	18.81	20.40	23.47	16.93
p	0.400	0.0647	0.0401	0.0152	0.110
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
InvestimentoE	0.000138 (0.000140)	0.000323** (0.000148)	5.31e-05 (0.000144)	0.000110 (8.24e-05)	7.32e-05 (8.76e-05)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0668	0.0384	0.0816	0.0332	0.0200
ll	-101.3	-396.1	-113.9	-420.4	-315.8
chi2	8.616	23.87	20.83	23.30	13.43
p	0.657	0.0133	0.0352	0.0160	0.266
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
InvestimentoMandato	0.000359 (0.000246)	0.000604*** (0.000231)	9.66e-05 (0.000223)	0.000259* (0.000133)	0.000270* (0.000142)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0523	0.0420	0.0931	0.0346	0.0257
ll	-102.9	-394.6	-112.5	-419.8	-313.9
chi2	9.807	25.69	22.03	24.06	16.89
p	0.548	0.00723	0.0242	0.0125	0.111
VARIABLES	(1) Norte	(2) Nordeste	(3) Centro-Oeste	(4) Sudeste	(5) Sul
InvestimentoNEleitoral	0.000323 (0.000272)	0.000551** (0.000251)	5.51e-05 (0.000238)	0.000307** (0.000140)	0.000337** (0.000154)
Observations	161	666	181	718	513
Pseudo R-squared	0.0426	0.0400	0.0960	0.0346	0.0281
ll	-104.0	-395.5	-112.1	-419.7	-313.1
chi2	8.934	22.92	22.86	25.20	18.25
p	0.628	0.0181	0.0185	0.00852	0.0760

Notas– Variável Dependente Reeiteito<sub>i</sub> que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verosimilhança.- chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Os eleitores nordestinos premiram, em 2008 os prefeitos que mais investiram tanto, durante o ano eleitoral, como durante o mandato e os anos não eleitorais. O mesmo fenômeno foi observado para o sudeste nas eleições de 2012. Já em 2012, os prefeitos da região nordeste com maiores montantes de investimento no ano eleitoral, viram suas probabilidades de reeleição elevadas.

Tabela 9: Efeitos marginais dos investimentos sobre a possibilidade de reeleição – por região – eleição 2012

VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
DesvioInvestimento	0.0313 (0.0815)	0.0492 (0.0421)	-0.0690 (0.0649)	0.0194 (0.0525)	0.0800 (0.0550)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0739	0.0389	0.117	0.0350	0.0385
ll	-86.66	-326.9	-95.02	-328.1	-245.5
chi2	15.17	26.50	22.95	19.66	19.37
p	0.175	0.00547	0.0180	0.0503	0.0547
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
InvestimentoE	-0.000186 (0.000168)	0.000430*** (0.000153)	0.000192 (0.000167)	0.000264*** (9.37e-05)	7.79e-05 (8.54e-05)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0760	0.0360	0.119	0.0526	0.0348
ll	-86.46	-327.9	-94.81	-322.1	-246.4
chi2	16.44	23.53	26.27	27.68	16.50
p	0.126	0.0149	0.00592	0.00363	0.123
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
InvestimentoMandato	-0.000215 (0.000240)	0.000224 (0.000231)	0.000389 (0.000240)	0.000438** (0.000172)	0.000101 (0.000118)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0758	0.0248	0.125	0.0572	0.0345
ll	-86.48	-331.7	-94.22	-320.6	-246.5
chi2	17.14	15.69	26.91	29.73	16.31
p	0.104	0.153	0.00474	0.00175	0.130
VARIABLES	(6) Norte	(7) Nordeste	(8) Centro-Oeste	(9) Sudeste	(10) Sul
InvestimentoNEleitoral	-0.000176 (0.000251)	0.000109 (0.000180)	0.000308 (0.000219)	0.000413** (0.000178)	8.05e-05 (0.000114)
Observations	135	504	156	495	410
Pseudo R-squared	0.0780	0.0226	0.124	0.0550	0.0339
ll	-86.28	-332.5	-94.36	-321.3	-246.7
chi2	16.56	14.97	25.75	30.17	15.95
p	0.122	0.184	0.00706	0.00149	0.143

Notas– Variável Dependente Reeito<sub>i</sub> que assume o valor 1 caso o prefeito, que concorreu à reeleição, conseguiu atingir o seu objetivo, que é ser reeleito e zero caso contrário. – Resultados dos efeitos marginais obtidos segundo o método Probit, com erros padrão robustos. – Todas as estimações utilizaram as variáveis de controle expostas nas tabelas 2 e 3, somente foram retiradas para economia de espaço. - Estatística t entre parênteses. - Níveis de significância \*10%, \*\* 5% e \*\*\* 1%. ll denota a função de log-verosimilhança.- chi2 representa o valor de chi-quadrado do teste de LR e p denota o seu p-valor.

Os eleitores das regiões norte e centro-oeste parecem não levar em consideração os níveis de investimento no momento de decidirem se reelegem ou não os seus prefeitos, tanto na eleição de 2008, como na de 2012. O mesmo ocorre com os sulistas no pleito de 2012.

## 5. CONCLUSÕES

Fica evidente que as despesas de capital e a sua principal componente, os gastos com investimento, são os dispêndios mais bem recebidos pelos eleitores nas eleições locais brasileiras de 2008 e 2012. Os prefeitos que mais despenderam com essas duas rubricas, viram suas chances de serem reeleitos elevada, tanto quando se consideram os níveis gastos durante o ano eleitoral, como durante todo o mandato.

Os gastos com pessoal, não têm influência sobre as probabilidades de reeleição, contudo, deve-se levar em consideração a existência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que versa e impõe balizas à esses gastos. Após analisar os municípios distribuídos pelas cinco regiões, percebe-se que os eleitores brasileiros tendem a recompensar os prefeitos que mais gastam com despesas de capital e com investimento.

Para estudos futuros é pertinente analisar o peso de cada componente da despesa, bem como os gastos classificados segundo a classificação funcional, o que poderá dar uma visão mais aprofundada das rubricas que são mais bem recebidas pelos eleitores na hora de decidirem se darão, ou não, um novo mandato ao incumbente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDT, T.S.; VEIGA, F.J.; VEIGA, L.G. Election results and opportunistic policies: a new test of the rational political business cycle model. **Public Choice**, n. 148, p. 21–44, 2011.

AKHMEDOV, A.; ZHURAVSKAYA, E. Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. **Quarterly Journal of Economics**, n. 119, p. 1301–1338, 2004.

ALESINA, A.; TROIANO, U.; CASSIDY, T. Old and young politicians. **NBER Working Paper**, 20977, 2015.

\_\_\_\_\_; ROSENTHAL, H. **Partisan Politics, Divided Government, and the Economy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

ARVATE, P. R.; AVELINO, G.; TAVARES, J. Fiscal conservatism in a new democracy: “sophisticated versus naive” voters. **Economics Letters**, n.102, p. 125-127, 2009.

\_\_\_\_\_; MENDES, M.; ROCHA, A. Are voters fiscal conservatives? evidence from brazilian municipal elections. **Estudos Econômicos**, v.40, n. 1, p.67-101, 2010.

BALAGUER-COLL, M. T.; BRUN-MARTOS, M. I.; FORTE, A.; TORTOSA-AUSINA, E. Local governments' re-election and its determinants: New evidence based on a Bayesian approach. **European Journal of Political Economy**, n. 39, p. 94-108, 2015.

BRENDER, A. The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. **Jornal of Public Economics**. n. 87, p. 2187-2205, 2003.

\_\_\_\_\_; DRAZEN, A. How Do Budget Deficits and Economic Growth Affect Reelection Prospects? Evidence from a Large Cross-Section of Countries, **American Economic Review**, n. 98, p. 2203–2220, 2008.

CAVALCANTE, P. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307-330, 2016

CHORTAREAS, G.; LOGOTHETIS, V.; PAPANDREOU, A. A. Political budget cycles and reelection prospects in Greece's municipalities. **European Journal of Political Economy**, n.43, p. 1-13, 2016.

CIOFFI, M.; MESSINA, G.; TOMMASINO, P. Parties, institutions and political budget cycles at municipal level: evidence from Italy (**Mimeo**), 2012.

DAVIDSON, R.; MACKINNON, J. G. **Econometric theory and methods**. New York: Oxford University Press, 1999.

DRAZEN, A., ESLAVA, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Jornal of development economics**, n.92, p.39-52, 2010.

ENKELMANN, S.; LEIBRECHT, M. Political expenditure cycles and election outcomes: evidence from disaggregation of public expenditures by economic functions. **Economics Letters**, n.121, p.128-132, 2013.

JONES, M. P.; MELONI, O.; TOMMASI, M. Voters as fiscal liberals: incentives and accountability in federal systems. **Economics & Politics**, v. 24, n. 2, p. 135-156, 2012.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283-337, 2010.

LIBANIO, R. & MENEZES-FILHO, N. Indicadores sociais e desempenho nas eleições estaduais. In **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**, João Pessoa. ANPEC, 2003.

MAINWARING, S. P. **Rethinking party systems in the third wave of democratization**: the case of Brazil. Stanford University Press, 1999.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. O que leva um governante à reeleição. **Texto para discussão IPEA nº 1135**, 2005.

NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, n. 42, p. 169–190, 1975.

PELZMAN, S. Voters as Fiscal Conservatives. **Quarterly Journal of Economics**, n. 57, p. 327–361, 1992.

ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **American Economic Review**, n. 80, p. 21–36, 1990.

\_\_\_\_\_; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **Review of Economics Studies**, n. 55, p. 1–16, 1988.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, n. 137, p.301–314, 2008.

SEDMIHRADSKA, L.; KUBIK, R., HAAS, J. Political bussiness cycles in Czech Municipalities. **Economic Papers**, v.20, n. 1,p. 59-70, 2011.

SJAHRIR, B. S.; KIS-KATOS, K.; SCHULZE, G. G. Political budget cycles in Indonesia at the discript level. **Economics Letters**, n. 120, p. 342-345, 2013.

VEIGA. L. G. Voting functions in the EU-15. **Public Choice**, n. 157, p. 411-428, 2013.

\_\_\_\_\_; VEIGA, F. J. Polítical business cycles at the municipal level. **Public Choice**, n. 131, p.45–64, 2007.

ZUCCO, C. Esquerda, Direita e Governo: A Ideologia dos Partidos Políticos Brasileiros, in T. Power e C. Zucco (orgs.), **O Congresso por Ele Mesmo**: Autopercepções da Classe Política Brasileira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.